	<b>Ata de Reunião</b>	
	<b>Comitê Gestor do Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE</b>	<b>Data: 30/06/22</b>
	<b>Redatora: Maria Clara Cosmo</b>	<b>Local: Sala 303 SUL - AEPII</b>
		<b>Hora Início/Fim: 11:00 às 12:15</b>

**Integrantes:**

Juíza de Direito Rita de Cássia Ramos de Carvalho, Juíza Auxiliar Especial da Presidência II, na qualidade de Presidente;
Juiz de Direito Anderson de Souza Bastos, Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça;
Juiz de Direito Paulo Sérgio Barbosa de Oliveira;
Juíza de Direito Carla Carneiro Teixeira Ceará;
Franco Bahia Karaoglan Mendes Borges Lima, Secretário Geral da Presidência;
Marcos Vinício Brasil Alcântara, Secretário Judiciário;
Manoel Joaquim Soarez Lima Filho, Diretor de Modernização – DMO;
Alexsandro Santos, Diretor de Planejamento Estratégico – DPE/SEPLAN;
Viviane de Anunciação Souza, Diretora de Primeiro Grau;
Lúcio Ribeiro Gomes, servidor representante do Laboratório de Inovação e Inteligência;
Liz Oliveira Souza, Assessora da Secretaria Judiciária;
Donila Ribeiro Gonzalez de Sá Fonseca, Defensora Pública, representante da DPE/BA;
Thales Almeida, equipe técnica da DPE/BA;
Arthur Guimarães, Delegado de Polícia Civil, representante da PCBA;
Fabrizio Patury, Promotor de Justiça, representante do MP/BA;
Daniel Cersosimo, representante do COGI/MPBA;
Tamiride Monteiro Leite, Advogada, representante da OAB/BA;
Maria Clara Cosmo, Assessora AEP II.

**DESENVOLVIMENTO DA PAUTA**

Aos 30 dias do mês de junho do ano de 2022, às 11 horas, reuniram-se, em formato híbrido, na sala de reunião da AEP II deste Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, os membros do Comitê Gestor do PJe, designados por meio do Decreto Judiciário nº. 311/2022, conforme registro fotográfico anexo, para discussão dos pontos de pauta abaixo delineados.

Iniciada a reunião, a Juíza Assessora Especial da Presidência II e Presidente do Comitê Gestor do PJe, Rita de Cássia Ramos de Carvalho, cumprimentou todos os integrantes presentes, justificando a ausência da Magistrada Bárbara Bastos, do Procurador do Estado José Carlos e do Secretário de Tecnologia Ricardo Neri. Na sequência, se passou a deliberar sobre os itens de pauta vistos a seguir.

**1. Estabilidade/Instabilidade do Sistema PJe;**


Com a palavra o Secretário-Geral da Presidência Franco Karaoglan Bahia solicitou a pedido do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Desembargador Nilson Soareas Castelo Branco, que os representantes presentes do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados, da Procuradoria do Estado e do Município, da Polícia Civil e os Magistrados reportassem seus *feedbacks* em relação à estabilidade/instabilidade do PJe, notadamente quanto acerca da percepção de melhorias ou pioras no sistema, a fim de nortear os próximos passos.

Adicionou registrando que à época da transição, o Presidente do TJBA recebeu representantes de diversos Órgãos e Instituições externas, que relataram, de forma recorrente, a instabilidade do sistema. Salientou que em razão da constante atuação da gestão na manutenção da estabilidade do PJe, necessita da oitiva, ainda que de forma breve, dos participantes, a fim de reportar as informações às equipes responsáveis.

Franqueada a palavra ao Juiz Paulo Sérgio registrou que ainda encontra dificuldade de acesso ao PJe, que diariamente se mostra instável. Adicionou informando a ausência de percepção quanto à realização de melhorias no sistema, sendo uma pauta constante dos magistrados. Por fim, noticiou que fora realizada uma representação pela AMAB no CNJ sobre essa questão.

Com o fito de colaborar, Daniel Cersosimo registrou que houve uma melhora significativa no painel do representante processual no PJe de 2º Grau, tendo em vista que com a integração grande parte das Promotorias de 1º grau utilizam o MNI para realizar os petições, não operando, com tanta frequência, no PJe de 1º Grau.

Salientou, de igual forma, a melhora na gestão das caixas no painel do usuário, consubstanciando um *feedback* positivo

	<b>Ata de Reunião</b>		
	<b>Comitê Gestor do Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE</b>		<b>Data: 30/06/22</b>
	<b>Redatora: Maria Clara Cosmo</b>	<b>Local: Sala 303 SUL - AEPII</b>	<b>Hora Início/Fim: 11:00 às 12:15</b>

nesse sentido.

A Magistrada Carla Ceará pontuou que o sistema encontra-se mais estável, proporcionando ao usuário uma maior performance.

Dada a palavra ao representante da área técnica da DPE/BA Thales Almeida pontuou que em relação à Defensoria Pública, fora possível vislumbrar melhora considerável na estabilidade do sistema do PJe, cujo monitoramento é realizado rotineiramente, havendo uma boa integração com a equipe de TI do TJBA.

Dando prosseguimento, o Juiz de Direito Anderson Bastos registrou que nas Comarcas do Interior do Estado a instabilidade do sistema é objeto de constante reclamação por parte dos Magistrados. Adicionou pontuando que as aludidas Comarcas passam por problemas recorrentes de conexão de internet que atingem diretamente o acesso ao sistema. Sugeriu, na oportunidade, a realização de estudo pela SGP, em conjunto com a SETIM, a respeito do *link* de internet existente nessas Comarcas do Interior, pois isso repercutirá na aceitabilidade dos usuários internos no sistema PJe.

Diante do exposto, o Juiz Paulo Sérgio informou que os Magistrados do Fórum Criminal também se queixam constantemente da instabilidade no sistema e que esse problema pode estar ocorrendo em razão de inconsistências na conexão de internet, principalmente por se tratar de fiação antiga.

Em resposta, o Diretor de Modernização da SETIM informou ao Juiz de Direito Paulo Sérgio que entrará em contato com o Magistrado após a reunião, pois a ausência de uma boa conexão pode estar influenciando no acesso ao sistema, razão pela qual salientou que realizará uma análise individualizada da situação.

Pelo Secretário-Geral da Presidência foi destacado que desde o ano de 2020 os esforços estão voltados para a realização de melhorias no *link* de internet das Unidades Judiciárias. Adicionou informando que a equipe do TJBA está trabalhando para tentar viabilizar a contratação de internet independente em certas unidades do interior, a fim de resolver esse problema da conexão.

Diante do relato do Magistrado Paulo Sérgio, solicitou ao Diretor de Modernização da SETIM o encaminhamento de equipe técnica para realizar um acompanhamento com os Magistrados e servidores do Fórum Criminal em relação à questão da conexão de internet nas Unidades. Informou que essa ação tem objetivo de identificar eventual problema a respeito da disponibilizado de internet, que poderá ocasionar uma intervenção, inclusive estrutural, caso haja essa constatação. Frisou que esse procedimento foi adotado no âmbito do Fórum Ruy Barbosa e houve êxito nesse sentido.


Quanto à representação da AMAB feita perante o CNJ, Manoel informou que desde o recebimento do documento em fevereiro de 2022, foi elaborado um plano de trabalho em conjunto com a AMAB, que vem sendo monitorado através de reuniões mensais para acompanhamento das ações e das pendências, havendo grande evolução. Registrou que encaminhará o relatório de andamento e posição atual das ações conduzidas pela SETIM/DMO para atendimento às demandas encaminhadas pela AMAB ao CNJ através do manifesto do Pedido de Providências n. 0008658-08.2021.2.00.0000 em anexo.

Na sequência, a Juíza Assessora Rita Ramos registrou a importância do encaminhamento desse relatório pela SETIM para dar ciência ao CNJ dessa ação positiva que está sendo feito pelo TJBA.

O Juiz Paulo Sérgio concordou com a providência dada pelo Secretário-Geral, registrando que o Fórum Ruy Barbosa, atualmente, não enfrenta mais problemas em relação à conexão de internet.

Com a palavra o Delegado de Polícia Civil Arthur Guimarães, frisou que por parte da polícia civil não foi possível notar uma melhora significativa no sistema, embora reconheça todo o esforço da SETIM. afirmou que a dificuldade atual é em relação ao assinador - PJe Office, pois a versão que está disponível frequentemente torna-se incompatível.

Com a palavra a Advogada Tamiride sugeriu que diante da existência de problemas de conexão de internet nas unidades, seja publicada uma nota sobre o tema. Adicionou exemplificando que o TRT1 dispõe de um sistema de controle de monitoramento externo que procede com a certificação de indisponibilidade. Informou, ainda que o TJRJ, diante de uma inconsistência no sistema, procede com o aviso informando a previsão de retorno da estabilidade.

	<b>Ata de Reunião</b>		
	<b>Comitê Gestor do Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE</b>		<b>Data: 30/06/22</b>
	<b>Redatora: Maria Clara Cosmo</b>	<b>Local: Sala 303 SUL - AEPII</b>	<b>Hora Início/Fim: 11:00 às 12:15</b>

Na oportunidade, o Diretor de Modernização Manoel indagou à advogada sobre a existência de chamados em abertos em relação à alguma intercorrência para averiguar. Adicionou frisando que encontra-se constantemente em alerta, inclusive aos finais de semana. Informou, por fim, que caso a representante da OAB tivesse chamados pendentes de resposta, procedesse com o encaminhamento deste ao seu e-mail institucional a fim de solver essas questões.

Pelo Secretário-Geral da Presidência Franco Bahia foi registrado que a SETIM trabalha diariamente para melhorar a estabilidade do sistema. Acrescentou noticiando que a referida Secretaria realizou uma apresentação ao CNJ, demonstrando as inovações feitas pelo TJBA no que tange ao monitoramento dos micros serviços do PJe.

Nesse sentido, sugeriu que na próxima reunião seja realizada uma apresentação pela SETIM realize do novo cenário do sistema, contendo os indicadores de trabalho, evoluções concretizadas e melhorias que serão realizadas.

A sugestão foi corroborada por todos os integrantes presentes, restando deliberado que na próxima reunião a SETIM realizará a apresentação das melhorias e evoluções do Sistema PJe, bem como os projetos futuros para o Sistema.

**2. Inclusão no sistema PJe de tarefa específica de conclusão do cartório para gabinete, contendo as seguintes especificações: “conclusos para saneamento do feito” e “conclusos para audiência” – sugestão Magistrada Ely Esperon Lorena;**

Dando prosseguimento, a Presidente do Comitê Gestor noticiou que a Juíza de Direito Ely Lorena encaminhou a sugestão de inclusão no sistema PJe de tarefa específica de conclusão do cartório para gabinete, contendo as seguintes especificações: “conclusos para saneamento do feito” e “conclusos para audiência” para deliberação pelo Comitê. Adicionou informando que a Magistrada reportou que, atualmente, não é possível identificar no sistema, com urgência que algumas situações requerem, os feitos que aguardam saneamento e designação de audiências.

O Magistrado Paulo Sérgio corroborou com a sugestão, ao tempo que informou que no perfil de gabinete do juiz criminal só estão disponíveis as opções referentes à decisão, despacho e sentença. Destacou a necessidade de criação da opção de “ofício”. Assim, solicitou que quando da execução da sugestão da magistrada Ely, também proceda a área técnica com a inclusão da opção de ofício no sistema.

Na oportunidade, o Juiz Auxiliar da CGJ Anderson Bastos se associou ao pleito do Juiz Paulo Sérgio, oportunidade em que a Presidente do Comitê também corroborou com a solicitação, restando aprovadas ambas as sugestões.


Lúcio Gomes informou a possibilidade de efetivação das demandas sugeridas pela Juíza Ely e pelo Juiz Paulo Sérgio, registrando, ainda, que uma vez realizada a inclusão dessas tarefas no fluxo, estarão disponíveis para todos os gabinetes.

Acrescentou informando que a criação de uma tarefa específica não está ligada à questão de produtividade, pois esta é contabilizada a partir da movimentação processual dos documentos. Já a criação de uma tarefa específica, seja para conclusão do cartório para gabinete ou inclusão de nova tarefa tem o objetivo de conferir maior organização ao trabalho.

Lúcio destacou que embora possível de realizar as alterações solicitadas, há a necessidade de fazer um alinhamento com as demandas que estão sendo priorizadas pela SETIM, as quais, atualmente, estão voltadas para atualização da versão 2.2, estabilização do sistema e o Códex.

Com a palavra o Diretor de Modernização Manoel noticiou que a equipe está trabalhando fortemente na atualização do PJe para a versão 2.2, a fim de agilizar o ingresso à PDPJ-Br. Adicionou registrando a atualização da versão já encontra-se em andamento e que está totalmente compatibilizada com todos os desenvolvimentos existentes na versão 2.1. Informou que o próximo passo será a realização de testes com os usuários internos e externos.

Informou que por tais razões, embora aprovadas as sugestões da Magistrada Ely e do Magistrado Paulo Sérgio, esta serão

	<b>Ata de Reunião</b>	
	<b>Comitê Gestor do Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE</b>	<b>Data: 30/06/22</b>
	<b>Redatora: Maria Clara Cosmo</b>	<b>Local: Sala 303 SUL - AEP II</b>

inseridas no fluxo para desenvolvimento e aplicação após a implementação da versão 2.2, com previsão para agosto. Portanto, tais modificações só poderão ser operacionalizadas a partir do mês de setembro do corrente ano.

Restou definido que as sugestões de inclusão no sistema PJe de tarefa específica de conclusão do cartório para gabinete, contendo as seguintes especificações: “conclusos para saneamento do feito” e “conclusos para audiência” e de inclusão da opção “Ofício” no sistema serão aplicadas após a atualização para a versão 2.2 do PJe, as quais serão incluídas no fluxo da SETIM para serem executadas.

### 3. O que ocorrer;

Com a palavra a advogada Tamírde questionou a respeito do andamento de determinados temas abordados em reuniões anteriores, a fim de verificar a existência de eventuais respostas. Primeiramente, indagou sobre eventuais providências adotadas acerca da visualização dos processos em segredo de justiça.

Após, procedeu com o registro a respeito da falta de alimentação dos dados das audiências no PJe mídias, tendo em vista o relato dos advogados que estão com dificuldades para localizarem as audiências no sistema.

Por fim, reportou a necessidade de melhorias na Tabela Processual Unificada. Adicionou informando que quando os advogados precisam emendar a inicial, não conseguem autuar no sistema novamente, cabendo à própria serventia proceder com a mudança da classe/assunto. Na ocasião, pontuou a dificuldade enfrentada pelos servidores nesse procedimento, informando que isso tem gerado um acúmulo de processos sem resolução.

A Presidente do Comitê, Dra. Rita Ramos, indagou à área técnica sobre a consulta realizada aos outros Tribunais para dar conhecimento aos presentes sobre eventuais tratativas conferidas à matéria.

Em resposta Lúcio Gomes informou que ao consultar outros servidores que estiveram envolvidos com a última pesquisa realizada, estes informaram que utilizam a configuração disponível na versão 2.1 do PJe para a questão de segredo de justiça. Com relação aos outros Tribunais, registrou que em contato com as equipes técnicas, estas reportaram não terem conhecimento de questionamentos sobre o tema.

Pelo Diretor de Modernização Manoel foi registrado que fará uma análise específica sobre a matéria.


A advogada Tamírde questionou a respeito da possibilidade de abertura de algum fluxo no CNJ e que poderá reiterar a demanda via OAB. Em resposta, Lúcio informou a possibilidade de adotar tal providência.

Assim, a Juíza Assessora Rita Ramos solicitou que seja realizado um contato com a equipe técnica do CNJ, a fim de tentar proporcionar aos membros do Comitê uma resposta concreta sobre o assunto.

Acerca da questão pontuada atinente à TPU, o Diretor de Planejamento Estratégico Alexsandro informou que o Setor de Distribuição da Corregedoria Geral – SECODI tem verificado as classes mais complexas e observado as questões do cadastramento, de modo que já estão sendo executadas as correções necessárias.

Informou a existência de grupo deliberativo da TPU no âmbito do CNJ, de modo que uma vez o TJBA verificando a necessidade de modificação ou dispondo de sugestão, poderá proceder com a solicitação para inclusão de eventuais assuntos/classes/movimento a serem integrados à TPU. Por fim, destacou que a SECODI faz a verificação dos processos para proceder com a correção cadastral.

Por oportuno, a Presidente ,Dra Rita Ramos registrou que a situação reportada a respeito do sistema PJe mídias se trata de

	<b>Ata de Reunião</b>	
	<b>Comitê Gestor do Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE</b>	<b>Data: 30/06/22</b>
	<b>Redatora: Maria Clara Cosmo</b>	<b>Local: Sala 303 SUL - AEPII</b>

uma questão processual, que refoge a competência do presente Comitê, razão pela qual solicitou à advogada Tamiride que formalize a demanda via Ofício para que seja encaminhada ao setor responsável.

Franqueada a palavra ao representante da COGI do MP Daniel Cersosimo pontuou as dificuldades encontradas no processo de integração. Informou que o PJe apenas permite a seleção de assuntos de último nível, limitando os assuntos de níveis anteriores.

Adicionou registrando que o sistema do MP só permite a seleção de assuntos de último nível, tendo em vista que a recomendação é de apenas utilizar os assuntos de último nível caso não existam outros possíveis, razão pela qual faz-se necessário um mapeamento dos assuntos para as classes no PJe.

Noticiou o encaminhamento de email à CGJ exemplificando os assuntos de último nível que faltam no sistema, de modo que, atualmente, o MP tem adotado uma solução de contorno na integração para conseguir sucesso no peticionamento. Registrou que o ideal é que o próprio PJe se renove de acordo com as atualizações da TPU, sempre habilitando os assuntos de último nível.

A outra questão pontuada versou a respeito dos problemas com o *Service Desk*, em razão da lentidão na resolução de chamados mais complexos, especialmente àqueles que tratam do MNI. Assim, questionou a acerca de um possível aperfeiçoamento do sistema de respostas para as demandas dos usuários externos.

Em relação ao mapeamento dos assuntos para as classes no PJe, o Diretor de Modernização Manoel registrou que a matéria já é objeto de solicitação da SEPLAN e que em razão do estudo de viabilidade realizado, essa ferramenta será implementada no sistema quando da sua atualização para a versão 2.2.

No que tange à questão dos chamados, noticiou que está sendo realizado um trabalho específico e direcionado de acordo com o perfil do usuário, ocasião em que se colocou à disposição. Em resposta, Daniel Cersosimo salientou que encaminhará a lista de chamados abertos para o email do Diretor para análise.


No ensejo, o Delegado de Polícia Civil Arthur Guimarães informou que encaminhará Ofício à Secretaria de Tecnologia da Informação solicitando a exclusão dos perfis das procuradorias das delegacias, haja vista que a criação de um perfil para cada delegacia está equivocada (como se cada delegacia fosse uma procuradoria autônoma). Informou que, em verdade, só há uma procuradoria que é a PCBA.

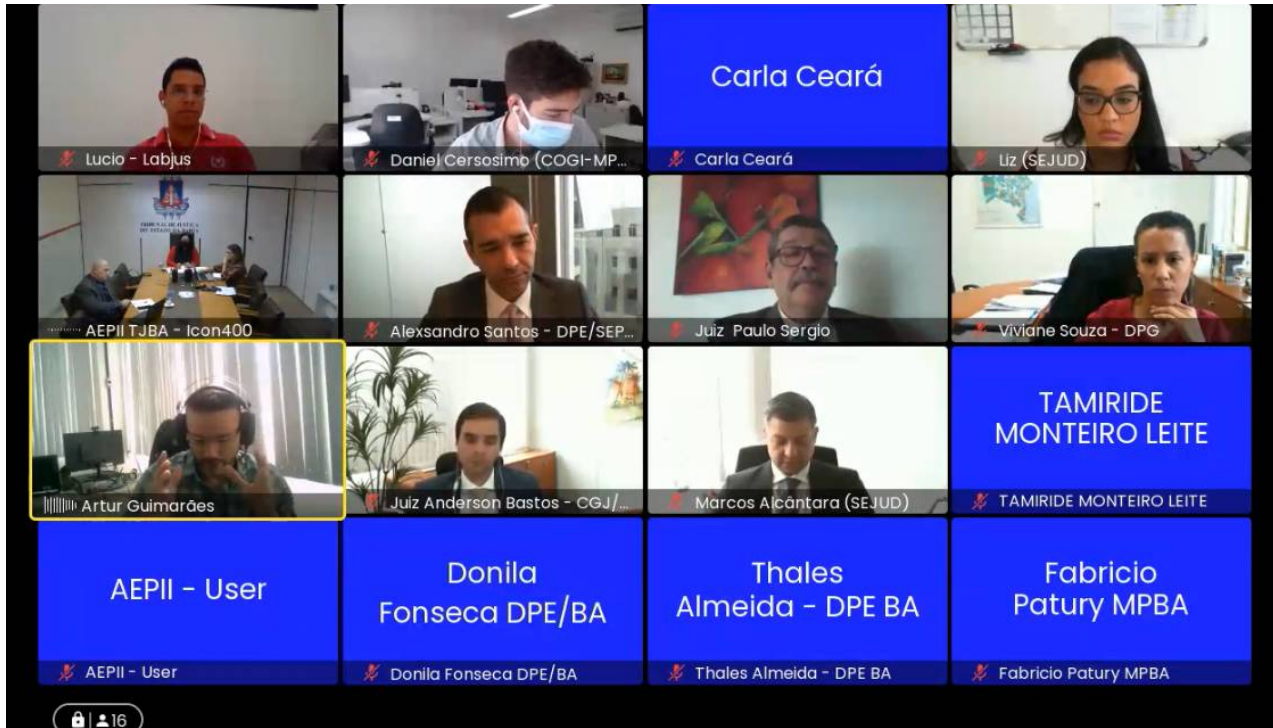
Por fim, a Juíza Auxiliar e Presidente do Comitê, Dra. Rita Ramos, registrou a necessidade de que as reuniões do Comitê Gestor sejam mais objetivas, de modo que os integrantes que possuem demandas a serem tratadas devem proceder com o encaminhamento, de forma prévia, por e-mail a fim de possibilitar a organização da pauta, oportunidade em agradeceu a presenças de todos.

Nada mais havendo a registrar, foi dada por encerrada a reunião, determinando-se que fosse lavrada a ata, devendo esta ser encaminhada, por e-mail, a todos os integrantes. Assim sendo, eu, Maria Clara, lavrei a presente ata.

**Deliberações:**

- A SETIM encaminhará equipe técnica ao Fórum Criminal para realizar acompanhamento junto aos Magistrados e servidores da questão atinente à estabilidade da conexão de internet nas unidades.
- Encaminhamento de relatório de andamento das ações conduzidas pela SETIM/DMO para atendimento às demandas encaminhadas pela AMAB ao CNJ através do manifesto do Pedido de Providências n. 8658-08.
- Na próxima reunião do Comitê a SETIM realizará a apresentação das melhorias e evoluções do Sistema PJe, bem como os projetos futuros para o sistema.
- As sugestões de inclusão no sistema PJe de tarefa específica de conclusão do cartório para gabinete, contendo as especificações: "conclusos para saneamento do feito" e "conclusos para audiência" e de inclusão da opção "Ofício" no sistema serão aplicadas após a atualização para a versão 2.2 do PJe, que serão incluídas no fluxo da SETIM para serem executadas.

	<b>Ata de Reunião</b>	
	<b>Comitê Gestor do Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE</b>	<b>Data: 30/06/22</b>
	<b>Redatora: Maria Clara Cosmo</b>	<b>Local: Sala 303 SUL - AEP II</b>



Lucio - Labjus	Daniel Cersosimo (COGI-MP...)	Carla Ceará	Liz (SEJUD)
AEP II TJBA - Icon400	Alexandro Santos - DPE/SEP...	Juiz Paulo Sergio	Viviane Souza - DPG
Artur Guimarães	Juiz Anderson Bastos - CGJ/...	Marcos Alcântara (SEJUD)	TAMIRIDE MONTEIRO LEITE
AEP II - User	Donila Fonseca DPE/BA	Thales Almeida - DPE BA	Fabricio Patury MPBA

16